

## RESENHA DO LIVRO “LUGAR DE NEGRO” DE LÉLIA GONZALEZ E CARLOS HASENBALG

Camilla Verdan do Nascimento Sant’Anna<sup>1</sup>

Marcone de Souza Henrique<sup>2</sup>

O livro analisado na presente resenha é de autoria de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg. Lélia de Almeida Gonzalez foi uma intelectual, política, professora, historiadora e antropóloga brasileira, nascida em Belo Horizonte, em 1º de fevereiro de 1935. Autora de livros e diversos artigos, Lélia foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU). Mineira, era filha de um ferroviário negro e de uma empregada doméstica indígena, sendo a penúltima entre 18 irmãos. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1942, onde se graduou em História e Filosofia, passando a lecionar na rede pública de ensino. Mestre em comunicação social e doutora em antropologia política, realizou pesquisas a cerca das relações de gênero e etnia. Professora universitária, foi docente de Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde chefiou o departamento de Sociologia e Política.

O argentino Carlos Alfredo Hasenbalg, nascido em 1942, era sociólogo, tendo lecionado e atuado como pesquisador nas áreas de relações raciais, estratificação social e mobilidade social. A partir de 1969, passou a trabalhar no Brasil e o país tornou-se o objeto de suas preocupações intelectuais, de modo que o diálogo e o estudo do movimento negro brasileiro foram as tônicas de sua carreira. Morreu na Argentina, em 5 de outubro de 2014.

A obra literária em subdividida em três partes, a primeira de autoria de Lélia Gonzalez e as duas últimas de autoria de Carlos Hasenbalg. A primeira parte do livro intitula-se “O movimento negro na última década”. Lélia Gonzalez descreve os ganhos e ações do movimento negro sob uma perspectiva bem intimista, na medida em que a própria é atriz neste processo, sendo importante ativista do movimento negro brasileiro e tendo participado ativamente de toda construção que narra. O início da obra em questão é retratado pela autora numa atmosfera em que o golpe militar de 1964 se instaura, trazendo para a população de um modo geral insegurança, pelas perdas dos direitos políticos. Tomando em seu discurso a iminência de uma tragédia comunista e conseqüente caos, corrupção, os militares tomam o poder, apontando para o estabelecimento de mudanças na economia. Todavia, para o sucesso

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>2</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

do plano seria necessário impor a chamada “pacificação” dos ânimos, o que os autores entendem como repressão.

De uma maneira geral é notória a necessidade de se impor, pois na história não existe ideologia que nasce de forma voluntária, para a evolução ou mudanças de comportamento social sempre existe a ação da força, da coação para impor determinadas maneiras de pensar ou de se conduzir a sociedade. Esse movimento “pacificador” toma maior representatividade com os Atos institucionais, mormente através do AI-5. O AI-5 acaba por apresentar as condições para a concretização do famoso e conhecido milagre econômico brasileiro. Caracterizado por analistas econômicos e políticos brasileiros, este milagre se deu pelo que foi conhecido como a tríplice aliança, ou seja, a junção entre o estado militar, as multinacionais e o grande empresariado nacional. Como consequência observou-se o aumento da dívida externa, à medida que foram contraídos empréstimos para manter as ferramentas do milagre. Neste sentido, Lélia destaca que os louros desse milagre não foram repassados para as massas, de maioria negra, que ficaram totalmente excluídas deste fenômeno.

A entrada de capital estrangeiro no país faz com a indústria fosse ampliada, o que a primeira vista pareceu ser um grande avanço para a população de um modo geral. Mas na verdade essa manobra vai tirando a autonomia das empresas pequenas e nacionais. Com uma grande taxa de desemprego e a diferenciação do salário mínimo por regiões, caracterizada por beneficiar sobre tudo a região sudeste, é observada uma grande movimentação populacional das regiões mais afetadas por este desemprego estrutural. Neste contexto, a fim de fugir da miséria, sem condições de se manter financeiramente nessas regiões, grupos se deslocam para as periferias dos grandes centros urbanos, de tal modo que de acordo com o censo de 1980 a população urbana passou a constituir 67,57 do total da população do país. Por conta deste êxodo rural as cidades se incharam e observou-se também a criação e o aumento de habitantes das favelas e guetos.

Dispondo de mão de obra barata os grandes empresários tinham em suas mãos ferramentas para tocarem seus planos mais audazes. Neste período a indústria automobilística e a construção civil foram as primeiras a empregar mão de obra majoritariamente negra, barata por não ser qualificada em sua grande maioria. Então negro surge como construtor de rodovias, ferrovias e grandes obras públicas. A prestação de serviço era um grande escoadouro desta mão de obra barata, sobretudo em atividades menos qualificadas como, limpeza urbana, serviços domésticos, correios, segurança, transportes urbanos, etc. Portanto de maneira geral podemos dizer que o uso da força de trabalho negra aumentou neste período,

mas o arroio salarial, imposto como condição para o desenvolvimento do país, resulta na queda do nível de vida da grande massa trabalhadora e para o conjunto da população negra.

Neste contexto, analisando os diferentes modos de dominação, percebe-se que a coincidência sempre num mesmo ponto, de forma que há sempre um espaço físico ocupado pelos dominadores e dominados. O lugar natural do homem branco é sempre localizado em espaço urbano geologicamente privilegiado, casas amplas bem protegidas. Por outro lado, o lugar natural do homem negro se origina das senzalas, evoluindo para as favelas e cortiços, conjuntos habitacionais. O critério nota-se claramente que se molda na divisão do espaço racial. É obvio que a falta de atitude por parte do governo impulsiona a sensação de insegurança e instabilidade, que se manifesta na sistemática de repressão policial, dado o seu caráter racista. Este fato beneficia o sistema, pois pressionado pela opressão policial de um lado, e pelas péssimas condições de vida, do outro, o negro oferece sua força de trabalho no mercado a qualquer preço. A autora cita a Baixada Fluminense como escolhida para servir de dormitório desta nova população negra e pobre, e por isso subjugada e condenada à atuação dos esquadrões da morte sobre um discurso racista e de inferioridade.

Entretanto, neste período de efeitos do milagre não poderia se falar em discriminação racial, uma vez que estaria ferindo a lei de segurança nacional por crime de subversão. Por fim, caracterizado pela abertura política o governo de Geisel e a revogação do AI-5 deram um fôlego novo a sociedade que vivera oprimida.

Neste contexto, a iniciativa dos movimentos negros nos remete a uma complexidade muito aparente. Isso porque os negros não constituíam um grupo com características rígidas e imutáveis, mas sim traziam diferentes valores culturais trazidos pelos povos africanos. Os negros no período que se seguiu a abolição buscaram criar associações, que foram chamadas de entidades, onde se reuniam, debatiam assuntos referentes à causa comum, a saber, a questão racial, aproveitavam para exercer suas atividades artísticas e de lazer com suas respectivas famílias. Havia dois tipos de atividades que eram desenvolvidas nas entidades negras: recreativas de cunho ideológico eletrícista e as culturais de massa. Estas últimas justamente por mobilizarem as massas acabavam por ser alvo de grande controle das autoridades.

A mobilização por maior expressão social da comunidade negra não era mais um sonho inalcançável. Foi em 1931-1938 que primeiro grande movimento negro surge. Com a finalidade de sintetizar os dois tipos de escolhas ideológicas que era a assimilarismo e a prática cultural, surge a Frente Negra Brasileira (FNB), que consegue alcançar milhares de negros para os seus quadros. Talvez o fato de ter nascido exatamente no grande centro

econômico da época que era São Paulo, com a atuação de uma imprensa negra cada vez mais ativa, tenha sido o impulsor deste sucesso.

Assim, fica fácil perceber que este movimento ganha mais força nas regiões urbanas pelo fato de o negro que vive nestes grandes centros sentir mais de perto as pressões do sistema dominante. Em 1938, surgiram outros movimentos como a Frente Negra Socialista, que no período do Estado Novo reestruturou suas atividades através do Clube Negro de Cultura Social. O período que se estende então de 1945 a 1948 é caracterizado pela intensificação das agitações intelectuais e políticas destas entidades que, agora, tratavam da redefinição e implantação definitiva das reivindicações da comunidade negra. O TEM, Teatro experimental Negro que surge no Rio de Janeiro foi a mais alta forma de expressão deste tipo de entidade. Além do teatro negro, existe também a poesia criada por este seguimento, que não perdeu de vista a perspectiva de que o racismo e exploração socioeconômica estão muito bem articulados quando se trata de limitar e reprimir a comunidade negra.

O fato mais marcante deste processo de evolução na luta contra a discriminação aconteceu quando em 7 de Julho de 1978. Em um ato público nas escadarias do teatro municipal de São Paulo, um auditório a céu aberto com cerca de dois mil telespectadores na grande maioria negros aplaudia emocionados as denúncias e o espírito de luta proporcionado pelas muitas injustiças sofridas pelos seus semelhantes. O estopim foi em 18 de junho de 1978 quando representantes de várias grupos se reuniram, em resposta a discriminação racial sofrida por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê e a prisão, tortura e morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, acusado de roubar frutas numa feira, sendo torturado no 44 Distrito Policial de Guaianases, vindo a falecer em consequência às torturas.

É sabido do prejuízo social que causa o racismo. Quando uma pessoa não gosta de um negro ou o repudia é lamentável, porém quando toda uma sociedade como um todo assume uma atitude preconceituosa, o resultado é trágico para os negros e para a sociedade como um todo. Neste ínterim, pode-se citar a ideologia do embranquecimento que pregava a integração dos negros via assimilação dos valores brancos e que teve como objetivo propagar que não existiam diferenças raciais no Brasil e que todos aqui vivem de forma harmoniosa, sem conflitos, numa chamada democracia racial.

Na segunda parte do livro, Carlos Hasenbalg irá discorrer acerca de “Raça, classe e mobilidade”. O autor inicia sua narrativa descrevendo que a das Grandes Navegações e, por conseguinte, expansão territorial europeia com a conquista de colônias, iniciada no século XV, culminou com o contato entre os colonizadores europeus brancos e outros povos não

brancos. A partir deste primeiro contato, emergiu um período de subordinação desses povos às metrópoles europeias, além da migração compulsória de trabalhadores que passaram a ser submetidos ao regime de escravidão.

Neste sentido, pontua o autor que preconceito racial baseia-se justamente nesta ideia de inferioridade de do negro, cuja humanidade é mitigada ou negada dando azo ao domínio por parte de pessoas brancas. Assim, os motivos que vinham a justificar essa dita superioridade foram mutáveis ao longo do tempo, tendo tido como primeiro viés a questão religiosa a partir de uma distinção entre cristãos e pagãos. Com o advento das revoluções a partir do século XVII, e o fortalecimento da ideia de liberdade e igualdade, além da ascensão da classe burguesa branca, acentuaram a segregação entre os homens brancos e aqueles considerados sub-homens, os não brancos. A partir do século XIX, novas justificativas irão permear o ideário racista. Neste diapasão, as intenções e expansões imperialistas dos países europeus serão arcabouçadas por teorias como o racismo científico, o darwinismo social e evolucionismo, que culminarão com a máxima de que o homem branco seria civilizado e deveria, portanto, “catequisar”, “civilizar” os não brancos.

Todas essas proposições científicas passarão a ser confrontadas cientificamente no início do século XX, numa contraposição ao racismo e a ideia de que questões raciais unicamente biológicas seriam preponderantes em relação aos aspectos sociais. Neste sentido, pode-se apontar o antropólogo alemão naturalizado americano Franz Boas como um dos pioneiros neste novo conceito sobre raça e etnicidade.

O antropólogo, em suas obras, buscou desconstruir as teorias de raça, evolução e cultura apresentadas e aponta para o relativismo cultural como viés para enxergar as sociedades. Como seu legado surge a discussão de que não existiriam raças humanas definidas, de forma que não existem grupos humanos que sejam biologicamente superiores. Desta feita, Boas propõe que se investiguem as diferentes manifestações culturais que compõem a humanidade, abandonando a classificação dos seres humanos sob o paradigma de que haveria pessoas inferiores ou superiores a partir da influencia de fatores como cor da pele, localização geográfica ou costumes.

Sob tal ótica, ao criticar o conceito de raça como se enxergava até então, Boas abre caminho para outras abordagens, como, por exemplo, o conceito de etnia, isso porque as pessoas seriam adaptáveis ao meio em que estão inseridas, refutando o ideário de superioridade fisicobiológica e adotando a perspectiva de que apenas os fatores culturais as distanciariam. Assim, ao apontar que cultura, linguagem e raça são variáveis independentes, desmistificando o pensamento de que a cultura seria produto do pensamento humano que obedeceria a uma

escala evolucionista, Franz Boas refuta teorias científicas que interpretem os fenômenos sociopsicológicos enquanto derivados de aspectos anatômicos e fisiológicos.

Neste mister, Boas se afasta dos evolucionistas, sendo pioneiro em ideias de igualdade racial e iniciando os estudos de Antropologia Cultural como hoje se conhece. Passa-se a considerar o conceito de etnocentrismo e a premente necessidade de investigar cada cultura individualmente, contrapondo o pensamento da época de que as manifestações culturais das sociedades não brancas seriam inferiores e de que haveria uma escala evolutiva das sociedades, partindo dos grupos humanos selvagens até atingir o patamar de sociedade civilizada dos europeus. Cai por terra, então, a perspectiva de que a cultura seria algo único e universal e que as expressões culturais de um grupo num dado momento denotavam o seu grau de desenvolvimento. O aspecto cultural passa, então, a ser considerado de maneira independente, afastando-se do viés determinista ambiental e do fator biológico dos componentes da sociedade.

Desta feita, considerando as constantes refutações que se impõem ao determinismo biológico e racial, o autor aponta para o advento de novas disciplinas e experimentos científicos que descambam para tal vertente, o que constitui um retrocesso e desserviço à construção da igualdade racial.

Considerando o enfoque sociológico da temática das relações raciais, o autor toma como palco a experiência dos Estados Unidos, país que ao longo do tempo mostra-se imbuído nas discussões com temática racial, muito em razão da multirracionalidade que o caracteriza. Neste sentido, aponta o sociólogo norte-americano Robert Ezra Park, cuja obra se destaca pelos estudos a cerca das relações raciais. Segundo Park, pode-se evidenciar a existência de relações raciais à medida que um indivíduo entende-se enquanto racialmente diferente. Desta feita, é pressuposto da relação social que os seres não só sejam de raças distintas, mas que se enxerguem como de raças diferentes. Com efeito, na proporção em que as distinções fiquem mais latentes tem-se maior probabilidade de se caracterizar uma relação racial ou até mesmo um problema racial.

O sociólogo explica tal fenômeno partindo da distribuição dos povos no espaço em busca de condições de sobrevivência. Este distanciamento entre os grupos humanos teria dado origem às diferenciações entre as raças e culturas, já que o distanciamento geográfico ocasionou isolamento genético, além de exposição de cada grupo a condições distintas. Apesar dessa migração inicial que promoveu o distanciamento, o movimento migratório observado na modernidade tem efeito contrário já que as pessoas tendem a se concentrar nas cidades.

Essa aproximação territorial não é sinônimo de mistura racial, entretanto, implica na ocupação de locais próximos, onde o papel social de cada indivíduo irá ser relacionado com a atividade que exerce e como se relaciona com o restante da sociedade. Entende-se, pois, que nas sociedades modernas as relações seriam mais igualitárias e as migrações garantiam o contato entre raças e culturas. Neste contexto, Park sinaliza que essa aproximação poderia ser conflituosa de acordo com a capacidade de reconhecimento das diferenças entre os indivíduos, pontuando que as relações raciais teriam quatro fases, quais sejam, contato, competição, acomodação e eventual assimilação.

Sob tal ótica, numa perspectiva assimilacionista, num determinado momento um grupo minoritário seria assimilado e tornar-se-ia parte do grupo dominante. Desta feita, a divisão social sob o aspecto racial não mais perduraria e a estratificação social ficaria por conta das classes sociais e não mais de questões étnicas.

Neste sentido, o que ora se descreve enquanto assimilacionismo diz respeito aos pressupostos das sociedades modernas. Isso porque na lógica do industrialismo valoriza-se a capacidade individual das pessoas e características inatas, tais quais raça e sexo tendem a perder espaço e relevância no contexto das relações sociais. O próprio conceito de universalismo, além das ideias de capacidade individual e eficiência, todos abarcados na ótica das sociedades industriais modernas acabam por construir o que se chamaria de assimilacionismo. Na experiência norte-americana, ressalta-se a própria formação do país por várias ondas de migração, onde as oportunidades de crescimento econômico e ascensão social são apontadas pelo autor como alternativas de mudança dentro do sistema de classes sociais.

Neste diapasão, cumpre destacar, no entanto, que este processo de incorporação do negro está relacionado a diminuição do preconceito por parte dos brancos e a própria inserção das minorias negras no contexto cultural em que figuram as relações de competição social americanas. Desta feita, há de se destacar que a mitigação dos efeitos da discriminação e a crença que a cultura preconceituosa irá diminuir através do surgimento de um pensamento mais esclarecido do grupo dominante são fenômenos importantes neste processo. Por outro lado, a quase que estagnação no que respeito a este processo de incorporação é muitas vezes creditada a incapacidade das minorias raciais de se adaptarem culturalmente. Assim, fatores como cultura da pobreza e organização social e familiar distintas da classe dominante fariam com que as minorias negras se mantivessem em sua condição basal na hierarquia social.

Sob tal perspectiva que viria a explicar a ausência de mobilidade social e o quase inexistente processo de incorporação dos negros, percebe-se que não se aborda a questão da própria estrutura sócio-econômica, tampouco os efeitos do racismo. Desta feita, o negro

aparece como o próprio responsável por seu fracasso em ascender socialmente, reiterando uma visão crivada de preconceitos onde negros não seriam capazes de melhorar por si próprios.

Além da corrente assimilacionista, outra teoria também interpretava as relações raciais e tomava por pressuposto o modelo explicativo de casta e classe. Os grupos brancos e negros foram considerados enquanto castas. Neste sentido, cabe destacar que o sistema de castas não prevê mobilidade entre os grupos, enquanto que no sistema de classes a mobilidade entre os grupos é possível. Neste sentido, analisando a questão das relações raciais no sul dos EUA percebiam-se ambos os fenômenos à medida que havia as castas raciais e dentro dos grupos raciais se observavam classes distintas. Esta teoria foi bastante questionada uma vez que no caso norte-americano não existem fatores de ordem cultural ou religiosa que impliquem no sistema de castas, além de não explicar as mudanças nas relações raciais.

Enquanto que majoritariamente as análises das relações raciais consideram o racismo enquanto ato irracional e destinado a desaparecer, tem-se que atentar para entendimento em que se busca identificar quais os grupos poderiam se beneficiar de todo este preconceito e discriminação racial. Neste diapasão, a interpretação marxista aponta para a contribuição do racismo para a sustentação do sistema capitalista de produção, sendo tal ferramenta manipulada pelos grupos dominantes. Desta forma, a classe dominante, dona dos meios de produção, desejaria a manutenção de uma força de trabalho cuja constituição fosse por indivíduos racialmente dominados. Além disso, a questão racial daria azo a divisões dentro da classe trabalhadora, o que mitigaria o conflito de classes. Neste sentido, o próprio advento do preconceito racial estaria relacionado à mercantilização do trabalho, sendo claro que o que se intenta a manutenção de uma força de trabalho que se possa explorar.

Sob o entendimento desta interpretação das relações raciais, o racismo nada mais seria do que um instrumento de controle manipulado pela classe dominante. Isso porque as contendas de cunho racial impediriam os trabalhadores de perceberem que são todos explorados independentemente de sua cor, além de dificultar as alianças entre as raças com o fito de enfrentar os donos dos meios de produção.

Numa crítica a essa interpretação aponta-se a redução do racismo branco a exclusivamente uma manipulação por parte da classe dominante o que desconsidera as raízes históricas do preconceito e conflitos raciais na sociedade americana. No entanto, apesar da crítica a posição superficial adotada por esta interpretação, não se pode perder de vista que de fato a propagação do ideário racista pode figurar enquanto instrumento para assegurar a estabilidade política e, portanto, ser incentivado pelas classes dominantes.

Neste sentido, a perpetuação do racismo também poderia interessar a população branca, uma vez que a seleção social tomando por base critérios racistas acaba por privilegiar brancos, lhes garantindo acesso mais fácil a posições sociais detentores de maior prestígio.

O autor prossegue analisando as relações entre negros e brancos no Brasil. Neste sentido, iniciou Gilberto Freyre uma análise das relações raciais no Brasil. Com a publicação de *Casa-grande e Senzala*, Gilberto Freyre ajudou a romper com o racismo científico e o determinismo geográfico vigentes na sociologia nacional até 1930. Entretanto, na mesma obra Freyre criou o mito da democracia racial. Tal termo se refere à ideia de que não haveria racismo e discriminação racial no Brasil, o que garantiria igual acesso a oportunidades para negros e brancos.

Outra corrente de pensamento defendeu a ideia de que não havia porque dar destaque ao racismo enquanto causa da dificuldade de mobilidade social do povo negro. Neste sentido, sob esta interpretação embora exista preconceito no Brasil, este se manifesta sobretudo em virtude da questão de classe e não em virtude de fatores raciais. Defendeu-se, ainda, a consciência das distinções entre as raças não era fator preponderante para a discriminação e que as ideais crivadas de preconceitos contra os negros se manifestavam mais verbalmente do que a nível comportamental. Por fim, afirmaram que outras características, tais quais, poder aquisitivo, educação e ocupação são mais relevantes do que a raça quando se trata das relações interpessoais.

Numa terceira linha de pensamento das relações raciais, apareceram os nomes de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Basicamente, enfocaram a questão com base na análise no fim do sistema escravista de castas e o advento de uma nova sociedade de classes. Assim, analisam a questão do negro sob a ótica da herança escravocrata. Neste mister, apontam que o fato do negro ter condição marginalizada e pertencer as mais baixas camadas sociais deve-se ao preconceito racial, ao fato dos ex-escravos não estarem preparados culturalmente para se assumirem enquanto homens livres e a não aceitação do trabalho como forma de afirmação do novo status de homem livre. Essas heranças acabaram por ser transmitidas para outra geração.

O sociólogo e político brasileiro Florestan Fernandes contribuiu sobremaneira aos estudos das relações raciais brasileiras, sendo o autor que analisa de forma mais detalhada o período que sucedeu a abolição da escravatura. Neste sentido, aponta que fatores como racismo, dificuldade para conseguirem emprego à medida que os empregadores preferiam imigrantes brancos e inadequação cultural como aspectos relevantes na análise da situação do povo negro brasileiro nos anos pós-abolição.

Fernandes indica em seus estudos uma perspectiva otimista com relação à integração do negro na sociedade, isso porque enquanto que o pensamento discriminatório era resquício do sistema escravista, numa sociedade de classes tais comportamentos são incompatíveis, de modo que passa a identificar o racismo como resquício de um passado escravocrata, mas com tendência ao desaparecimento e ao advento de uma sociedade em que a raça e a posição na estrutura social não são interdependentes.

Percebe-se, pois, que todas as três abordagens apresentam características assimilacionistas e destacam que o preconceito racial não pode prosperar numa sociedade moderna industrializada e capitalista.

Prosseguindo, o autor passa a dissertar sobre o racismo e as desigualdades raciais no contexto brasileiro. Neste mister, sinaliza que embora existam estudos que afirmem que as relações sociais no período posterior ao fim da escravidão estejam arraigadas pelos resquícios do passado escravista está teoria não merece prosperar. Isso porque Hasenbalg cita que o preconceito e discriminação raciais ganharam outro significado em virtude das mudanças sociais e completa afirmando que esse comportamento preconceituoso deve-se também aos benefícios que os brancos poderiam obter na medida em que desclassificam competitivamente os negros. Sob tal perspectiva, a raça figuraria como um mecanismo de distribuição dos indivíduos nas camadas sociais e não haveria qualquer impeditivo para o racismo numa sociedade moderna industrializada.

Neste sentido, até o próprio lapso temporal com o fim da escravidão emerge como mitigador da justificativa do comportamento racista e da subordinação social do povo negro como reflexo da era escravista. Assim, a própria estrutura social existente e o acesso a oportunidades de maneira desigual entre brancos e negros na atualidade é que devem ser considerados. Neste contexto, a distribuição geográfica desigual entre negros e brancos no território brasileiro e as praticas racistas dos brancos surgem como condições determinantes para o acesso desigual as oportunidades de mobilidade social entre negros e brancos.

O negro dentro de uma sociedade racista passa a sofrer com os efeitos da discriminação de forma que sua própria motivação e aspirações tendem a ser limitadas, uma vez que este discurso de inferioridade pode ser internalizado pela população negra, criando uma autoimagem desfavorável. Assim, a fim de evitar situações racistas e discriminatórias, o negro passa a regular suas aspirações de forma a seguir a que o grupo racial dominante indica como sendo apropriado para o povo negro.

O autor continua apresentando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1976 com o intento de evidenciar de forma quantitativa a relações entre

a cor da pele e algumas características socioeconômicas e assim evidenciar as desigualdades raciais existentes no Brasil. A fim de traçar um paralelo entre o quadro observada em 1976 e a situação nos dias atuais, passamos a observar também os números obtidos pela mesma pesquisa no ano de 2013.

Com relação à distribuição geográfica, em 1976, 64% da população branca residia no Sudeste, enquanto que 69% de negros e pardos moravam no Nordeste. Em 2013, os mesmos indicadores tiveram resultado de 52,9% e 73%, respectivamente. Depreende-se que pouco se alterou com relação à distribuição racial no território brasileiro

Sob o aspecto do acesso a educação, em 1976, a proporção de analfabetos entre não brancos era de 40%, contra 16,3%, em 2013. Com relação aos brancos a taxa de analfabetismo que era de 22% passou para 7,2%. As taxas de analfabetismo entre brancos e negros caiu vertiginosamente, entretanto, insta salientar que tal indicador entre negros representa mais que o dobro do índice observado entre os brancos.

Com relação à colocação no mercado de trabalho, em 1976, 68% dos negros e pardos ocupavam postos de trabalho em que se exigia pouca qualificação e com baixa remuneração. Hoje, o mesmo grupo racial tem 48,7% da sua força de trabalho atuando em trabalhos informais. Com relação os brancos, em 1976, os postos de trabalho em que se exigia pouca qualificação e com baixa remuneração absorviam 52% da mão-de-obra. Em 2013, 34,7% da mão-de-obra ocupava empregos informais. Percebe-se, ainda uma maior atuação de negros em subempregos.

Neste sentido, entende-se que as raízes das desigualdades raciais não se localizam somente no passado, tendo causas também atuantes no presente. Conforme o mito da democracia racial, teria o povo negro as mesmas oportunidades que os brancos, estando, portanto, em situação social menos favorecida em virtude do passado escravista. Numa outra interpretação, além do ponto de partida desigual a partir da abolição da escravatura, as oportunidades de mobilidade social do negro ainda estariam aquém das oferecidas aos brancos. A fim de estabelecer um veredicto sobre a possível existência de oportunidades de mobilidade social desiguais entre as raças, o autor passou a analisar dados do PNAD referentes ao fluxo de mobilidade social entre as gerações, estabelecendo um comparativo entre a ocupação dos pais e a ocupação dos entrevistados. Assim, restou concluído que os não brancos tem menores possibilidades de ascender socialmente que os brancos.

A mesma pesquisa concluiu também que a manutenção do status social elevado é mais comum entre os brancos, tendendo os poucos negros cujas famílias tem posição social elevada a perderem essas posições. Com relação aos retornos da educação, a pesquisa indicou

que entre negros e brancos com o mesmo nível de escolaridade costumam os brancos ocuparem cargos mais elevados e melhor remunerados.

Por todo apresentado, depreende-se que de fato o negro não tem acesso as mesmas oportunidades e isso o coloca em desvantagem na busca por mobilidade social. Neste sentido, ainda que o período escravista esteja distante, a população negra ainda continua permeando as camadas mais inferiores da sociedade. Desta feita, este cenário desigual não é somente um resquício da escravidão, mas uma condição que se perpetua até a atualidade na medida em que a estrutura de acesso às oportunidades sociais permanece dispare.

Hasenbalg continua sua análise dissertando sobre o negro na publicidade. Neste contexto, aponta que no registro na história brasileira o papel do negro na formação de nossa sociedade, bem como a própria trajetória do povo negro ao longo do tempo são praticamente desconsideradas, conferindo uma condição de quase invisibilidade ao negro. Essa rejeição do negro a um segundo plano acaba por rechaçar a ideia de uma democracia racial, denotando, todavia, um ideário de embranquecimento de nossa cultura.

Neste sentido, um povo que não se enxerga, que não conhece a sua própria história, acaba por não construir sua própria identidade. Assim, embora oficialmente o negro seja um cidadão brasileiro como outro qualquer, já que viveríamos numa democracia racial, existe outra interpretação para a identidade do negro. Sob essa outra ótica, o negro é sujeitado a preconceitos e referências de cunho negativo e pejorativo ligadas à sua raça. Além dessa manifestação consciente do que seria a identidade e a imagem do negro, tem-se também o que inconscientemente se materializa no que seria o lugar do negro, onde se criam estereótipos de que nichos deveriam ocupar e que papéis desempenhar. Nestes termos, o negro aparece como o trabalho braçal e com pouca qualificação, sendo admissível a ascensão social por vias “próprias” para o negro, como o entretenimento e o esporte, mormente o futebol.

O negro aparece como o trabalhador pouco qualificado ou como profissional do entretenimento, valorizando a força física, o ritmo e a sexualidade, e estereotipando o negro que não se encaixa nesse biótipo, é aquele que “nem parece preto”.

Neste contexto, o papel do negro na publicidade vai refletir essas condições, de modo que pouco se verá negro em anúncios publicitários. Isso pode ser reflexo de o negro não ser visto como um consumidor em potencial ou até mesmo de o anunciante não desejar ter o seu produto vinculado a imagem do negro.

Entende-se, pois, que o mercado publicitário tão somente reproduz o que se observa nas relações sociais no Brasil, em que o negro é discriminado. Da mesma forma, não associar o negro a um produto específico seria uma maneira de garantir que a imagem do produto não

fosse atrelada ao negro e pudesse ser “denegrada”. Assim, a publicidade acaba por replicar os estereótipos do negro que já fazem parte do imaginário do grupo racialmente dominante.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

FIGUEIREDO, Angela. **A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações das desigualdades raciais no Brasil**. Soc. estado., Brasília, v. 30, n. 1, p. 11-16, Abril de 2015. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922015000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 09 de outubro de 2017

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. **Entrevista com Carlos Hasenbalg**. Tempo soc., São Paulo, v. 18, n. 2, p. 259-268, Novembro de 2006. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702006000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 de setembro de 2017

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos. N. V. Silva. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: 1988.

PEREIRA, José Carlos. **Educação e cultura no pensamento de Franz Boas**. Ponto-e-vírgula, São Paulo, v. 10, p. 101-118, 2011. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/download/13903/10227>. Acesso em 10 de outubro de 2017

SILVA, Mateus Lôbo de Aquino Moura e. **Casa-grande e senzala e o mito da democracia racial**. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/papers-39-encontro/gt/gt28/9704-casa-grande-e-senzala-e-o-mito-da-democracia-racial/file>>. Acesso em 23 de outubro de 2017.